



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

23 de junho 2015



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Cidade

Data: 23/06/2015

Assunto: Transporte escolar

Página: 04

Notícias do Dia

Cadeirinha será obrigatória

FELIPE ALVES

felipe.alves@noticiasdodia.com.br

@felipealves_ND

Uma resolução do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) obrigará os veículos de transporte escolar de todo o país a estarem equipados de cadeirinhas de segurança para crianças de até sete anos e meio. Apesar de a exigência só valer a partir de 1º de fevereiro de 2016, a medida já preocupa donos de vans e ônibus escolares em Florianópolis.

A resolução 533, de 17 de junho de 2015, altera um parágrafo da resolução 277, de 2008, que implantou em todo o país a obrigatoriedade de cadeiras diferentes para cada idade das crianças. Segundo o Ministério das Cidades, a medida visa a melhor segurança das crianças dentro dos veículos. O Detran (Departamento Estadual de Trânsito) será o responsável por fiscalizar a exigência que, se não for respeitada, resultará em infração gravíssima ao condutor, com multa de R\$ 191,54, sete pontos na carteira e retenção do veículo até a irregularidade ser sanada.

A medida do Contran não é bem-vista por proprietários de

veículos de transporte escolar na Capital. Eles acreditam que a exigência só trará mais custos a eles e, conseqüentemente, aos pais. "Essa medida é um balde de água fria na gente. As cadeirinhas ocupam quase o lugar de dois bancos, então teremos que reduzir o número de pessoas atendidas. Será como a questão da gasolina, que tivemos de repassar o custo aos pais", disse Roseno Alberto Lúcio, 56 anos, proprietário de uma van.

Francisco Xavier, 68, trabalha há 39 anos com transporte escolar e não acredita que essa medida dará mais segurança às crianças. "Trabalho esse tempo todo e nunca tive um acidente com as crianças. Para isso, temos uma monitora que fica o tempo inteiro com elas na parte de trás da van. Se tiver que fazer isso mesmo, eu desisto da profissão", afirmou.

Metade das crianças atendidas por Xavier está na faixa de até sete anos e meio e ele teria que instalar os três tipos de cadeirinhas exigidas. A resolução do Contran não esclarece quem deverá arcar com os custos, se serão os pais ou os proprietários. Em nota, o Ministério das Cidades disse que "a resolução não aborda essa questão".



Notícias do Dia

Desempenho por escola sai em julho

Enem. Instituições poderão acessar resultado no dia 9, e ranking será divulgado no fim do próximo mês

A divulgação preliminar do resultado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2014 por escola estará disponível no dia 9 de julho no portal do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Os dados serão colocados à disposição exclusivamente das escolas, em sistema específico. A divulgação final dos resultados do Enem 2014 por escola está prevista para 27 de julho. As datas e os critérios para a divulgação estão em portaria do Inep publicada na edição de ontem do "Diário Oficial da União".

Os resultados serão calculados e divulgados para as escolas que tenham matriculados pelo menos dez concluintes do ensino médio regular seriado e 50% de concluintes participantes do Enem. São con-

cluintes os alunos da 3ª série do ensino médio, excluídos os do ensino não seriado, conforme os dados do Censo da Educação Básica de 2014.

De acordo com a portaria, só são confirmados como concluintes os que fizeram as quatro provas objetivas e a redação do Enem.

Os estabelecimentos cuja conclusão do ensino médio regular ocorra na quarta série devem encaminhar pedido específico de inclusão desses alunos. O prazo é até dez dias após a data de publicação da portaria.

Caso os dirigentes das escolas discordem do resultado preliminar, poderão interpor recurso no Inep no prazo de até dez dias após a data da divulgação.

Os resultados do Enem por escola auxiliam estudantes, professores, pais e gestores educacionais na reflexão sobre o aprendizado no ensino médio e no planejamento de estratégias de melhoria da qualidade da educação, de acordo com o Inep.

Ao todo, segundo o Inep, 6.193.565 candidatos fizeram as provas em novembro do ano passado em mais de 1,7 mil cidades. Na edição da pro-

va, 529.373 candidatos tiraram nota zero na redação do Enem. Na outra ponta, 250 obtiveram a nota máxima. De 2013 para 2014 houve queda de 9,7% no desempenho dos concluintes do ensino médio, que foram 1.485.320 candidatos.



PROVA

Em 2014, quase 6,2 milhões de candidatos fizeram o exame



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/06/2015
Assunto: SNE		Página: Online



Ministério da Educação divulga texto sobre criação do Sistema Nacional de Educação

O Ministério da Educação (MEC) divulgou o texto que servirá de base para a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE). A proposta ainda será discutida e detalhada antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional para constar em lei.

A intenção é aumentar a autonomia e as responsabilidades de estados e municípios com a educação e, ao mesmo tempo, garantir financiamento e recursos técnicos para que cumpram com essas obrigações.

A diretora de Articulação com o Sistema de Ensino do MEC, Flávia Nogueira, disse que o Sistema Nacional de Educação é necessário para que a reorganização nacional dê conta de reduzir as desigualdades, que são muitas e se tornam mais graves com a complexidade do federalismo no Brasil. "Temos 5,7 mil municípios, 26 estados e o Distrito Federal, temos o governo federal e não temos um sistema que integre todas as ações de forma obrigatória e vinculante, garantindo condições para que os entes deem conta das suas obrigações para garantir esse direito", afirmou Flávia.

O texto-base divulgado pelo MEC propõe a criação de padrões nacionais de qualidade, do currículo até a estrutura das escolas. Definidos os padrões, União, estados e municípios deverão trabalhar conjuntamente para atingí-los. Pelo texto, a União e os estados terão de dar apoio aos municípios, tanto financeiro quanto técnico, para que cumpram as obrigações.

O documento diz ainda que a reforma tributária é necessária para garantir equilíbrio entre os entes federativos, mas ressalta que ela não ocorrerá a tempo da definição do SNE. "Um equilíbrio dessa natureza depende de uma reforma tributária, que pode exigir muito mais tempo para a construção de acordos federativos do que o próprio Sistema Nacional de Educação. Nesse contexto, é fundamental encontrar uma solução para o financiamento educacional", enfatiza a proposta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/06/2015
Assunto: Experiências	Página: Online	



Grupo vai mapear experiências inovadoras e propor políticas

Como parte da priorização que o ministro Renato Janine pretende conferir à inovação da educação, será realizado nesta terça-feira, 23, em Brasília, uma reunião para formação de um grupo de trabalho nacional, que deverá mapear a busca por experiências inovadoras em educação básica no país e formular diretrizes para políticas públicas nessa área.

O grupo é composto por educadores de referência nacional, sob a coordenação da assessora especial do MEC, a socióloga Helena Singer. O objetivo é criar uma rede que envolva representantes de todas as regiões do país, escolas, universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade na pesquisa, divulgação e fortalecimento das propostas de inovação nas práticas escolares.

O grupo discutirá a possibilidade de um chamamento, que pode ser feito por edital, para anunciar a busca pela inovação em educação básica. Outra proposta é a criação de indicadores que mostrem resultados, não só divulgando, mas incentivando a reprodução de experiências positivas.

"O ministro tem dito que educação compreende três coisas ao mesmo tempo: inclusão, qualificação e criatividade, e é necessário que essas iniciativas dialoguem", diz a assessora. Ela observa ainda que é importante criar novas experiências em educação, fortalecendo a reprodução das que já existem.

Para caracterizar o que é uma experiência inovadora em educação – e orientar as pesquisas – Helena Singer aponta critérios. Um deles é a utilização de novas tecnologias. "A escola tem de ter perspectivas que reconheçam os estudantes como autores, não simplesmente usuários, mas produtores de cultura e conhecimento", afirma a socióloga.

Outros critérios para definir inovação nas ações educativas são o desenvolvimento integral, que inclui os aspectos ético, afetivo, social e cultural; a associação do direito de aprender à garantia dos direitos básicos; a mediação de conflitos pelas próprias instituições escolares, com ambiente acolhedor, solidário e educativo, e a produção de cultura em seus territórios, por meio de atividades e eventos que envolvam a comunidade



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/06/2015
Assunto: PNE		Página: Online



Prazo para que municípios aprovelem seus planos está vencendo

O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de municípios que já sancionaram seus planos de educação. Até esta segunda-feira, 22, já haviam sido sancionados 194 planos. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005/2014), os municípios devem ter seus planos de educação aprovados e sancionados até a próxima quarta-feira, 24 de junho.

Em números percentuais, entretanto, o Amapá é o estado que mais avançou. Dos 16 municípios, dez já sancionaram seus planos de educação, mais de 62% do total. Outros três já aprovaram os planos nas câmaras de vereadores, um tem o projeto de lei já enviado ao legislativo e dois já têm os planos elaborados. Do outro lado, o Acre é o único estado em que nenhum município sancionou o plano.

Estados – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Maranhão já têm seus planos estaduais de educação. Os legislativos de Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo e do Distrito Federal já aprovaram os planos, mas falta a sanção dos governadores.

De acordo com o secretário de articulação com os sistemas de ensino do Ministério da Educação, Binho Marques, os planos municipais de educação refletem as realidades dos municípios, mas as metas e estratégias devem se relacionar com o PNE e com os planos estaduais. “Quanto mais articuladas e pactuadas forem as metas, mais claros serão os compromissos com os mecanismos de colaboração, e mais perto estaremos da instituição do Sistema Nacional de Educação”, disse.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/06/2015
Assunto: Debate		Página: Online



Seminário nacional debaterá futuro da educação brasileira

Será realizado em Brasília, no dia 25, a partir das 9h, o seminário nacional O PNE e o Futuro da Educação Brasileira. Promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Implementação do Plano Nacional de Educação e pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o evento terá lugar no auditório Nereu Ramos, da Câmara.

O secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, e o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participarão da abertura do seminário, que se estenderá por todo o dia. Na programação, serão discutidos os desafios da implementação do PNE, financiamento e regime de colaboração e a qualidade da educação.

O secretário de articulação com os sistemas de ensino do MEC, Binho Marques, falará sobre o financiamento do PNE. O diretor de políticas e programas de graduação da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, Dilvo Ristoff, vai abordar a relação do PNE com a qualidade da educação.

Estarão representados no encontro o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), o Fórum Nacional de Educação (FNE) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

As inscrições podem ser feitas on-line, na página do seminário na internet. A participação, aberta ao público, dará direito a certificado emitido pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 23/06/2015
Assunto: jovens infratores	Página: Online	



EM REAÇÃO À IDADE PENAL, GOVERNO QUER REFORÇAR ENSINO A JOVENS INFRATORES

Diante do avanço da medida que reduz a maioridade penal, em discussão no Congresso, o governo acelerou os estudos para ampliar o acesso de jovens infratores à Educação

Fonte: Folha de S.Paulo (SP)

João (nome fictício), 18, retira a apostila que guarda com cuidado debaixo do colchão do beliche onde dorme.

Há sete meses, ele voltou a frequentar o 6º ano de uma escola pública no Distrito Federal. Antes, passou três anos longe da sala de aula. "Fiquei aprontando e parei de estudar", conta ele.

Detido em uma unidade de internação provisória, o rapaz agora voltou aos livros. "Me deram outra chance", diz ele, que não foi autorizado a falar com a reportagem sobre o delito que cometeu.

Diante do avanço da medida que reduz a maioridade penal, em discussão no Congresso (leia nesta página), o governo acelerou os estudos para ampliar o acesso de jovens infratores à educação.

Uma proposta do CNE (Conselho Nacional de Educação), elaborada a pedido do Executivo, visa definir diretrizes nacionais para o ensino desses adolescentes.

A intenção é aprovar, ainda neste ano, um plano para reorganizar o currículo, formar professores que atendam a esse público e melhorar a infraestrutura das salas de aula nesses locais.

Uma das principais apostas é a adoção do ensino integral nas unidades –hoje, a avaliação é que os adolescentes infratores têm pouca educação no sistema que, por definição, é "socioeducativo".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"O menino fica 45 dias sem sentença, em internação provisória. Quando volta para a escola, perdeu 45 dias. Como fazer com que a educação não se perca?", questiona o coordenador do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), Cláudio Vieira.

O documento, finalizado neste mês, ficará em consulta pública por 40 dias, segundo despacho do conselho.

Hoje, 20.317 jovens estudam em turmas dentro das unidades de internação ou em escolas vinculadas.

O próprio relatório do CNE, porém, elenca problemas. Entre eles estão a falta de estrutura das salas de aula, dificuldade em selecionar professores e a resistência de algumas escolas em matricular e manter o sigilo sobre alunos que estão em semiliberdade.

Em São Paulo, Estado com o maior número de adolescentes em medida socioeducativa no país, 92% dos alunos estão em séries que não correspondem à idade, segundo a Fundação Casa.

Em todo o país, a defasagem escolar desses jovens é de 88% nos anos finais do ensino fundamental, segundo dados do Ministério da Educação. Nas turmas regulares, abrange 27% dos alunos.

Além do ensino integral, a superintendente pedagógica da Fundação Casa, Marisa Fortunato, defende a adoção de uma metodologia específica de ensino para esse jovem.

Para a gerente de educação em direitos humanos do Distrito Federal, Daniela Gomes, é preciso uma abordagem que considere a individualidade desses alunos. "Devemos começar o trabalho a partir do que ele traz, e não a partir de uma definição curricular."

Após o retorno aos estudos, João faz planos. Neste ano, além da escola, iniciou um estágio e um curso à distância. "Quero continuar trabalhando e fazer faculdade."

PROJETO DE LEI

Na quarta (17), uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para crimes violentos.

Nessa categoria foram incluídos, além dos crimes hediondos, como estupro e latrocínio, homicídio doloso (com intenção de matar), roubo qualificado (com uso de arma de fogo ou quando é praticado por duas ou mais pessoas) e lesão corporal grave, entre outros.

O texto prevê que, para esses crimes, o menor infrator receba a mesma punição que seria aplicada a um adulto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Hoje, eles são enquadrados no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem como punição máxima a internação por três anos.

O projeto precisa agora passar por discussão no plenário da Casa. Para ser aprovado, deve ter o apoio de pelo menos 60% dos deputados, em dois turnos de votação. Se passar, o texto segue para o Senado.

Caso seja aprovado pelas duas Casas, o projeto vai direto para promulgação, sem passar pelo Planalto, por se tratar de emenda à Constituição.

O texto aprovado na comissão por 21 votos a 6 é resultado de acordo entre o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o PSDB. O PT e a presidente Dilma Rousseff são contra a diminuição da idade penal.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 23/06/2015
Assunto: Educação Especial		Página: Online



92,7% DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FREQUENTAM CLASSES REGULARES NA REDE PÚBLICA

Segundo levantamento do movimento Todos Pela Educação, nos últimos cinco anos, o país aumentou em 38,6% o percentual de matrículas de alunos com necessidades especiais na Educação Básica

Fonte: Site Profissão Mestre

A meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado no ano passado, é objetiva: o Brasil deve universalizar o acesso à Educação Básica para a população entre 4 e 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, nos próximos 9 anos. A meta ainda estabelece que os alunos tenham direito a um atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, garantindo, assim, um sistema educacional mais inclusivo.

Segundo levantamento do movimento Todos Pela Educação, nos últimos cinco anos o País avançou na área: desde 2009, aumentou em 38,6% o percentual de matrículas de alunos com necessidades especiais na Educação Básica, saltando de 639.718 para 886.815 em todos os estabelecimentos de ensino.

Maior responsável por este avanço, a rede pública de ensino detém atualmente 79,7% das matrículas do total de crianças e adolescentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Dessas, 92,7% são em classes comuns - eram 80,4% em 2009. Embora a maioria dos alunos já estude em salas regulares, 3,9% frequentam turmas exclusivas e 3,4% turmas especiais. No total, o número de matrículas passou de 365 mil alunos em 2009 para 655 mil em 2014.

Por etapa

Embora todas as etapas de ensino tenham apresentado avanços percentuais significativos nos últimos anos, um aspecto perceptível é que, quanto mais baixa a faixa etária dos alunos, menos inclusiva ela é.

Sendo assim, o Ensino Médio é atualmente a etapa com melhores taxas de inclusão na escola: entre os jovens com necessidades especiais, 97,9% estão em turmas comuns,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

num total de 57754 de alunos. Porém, apenas parte dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação chegam à etapa: enquanto 0,70% dos alunos da etapa possuem necessidades especiais, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental esse percentual é de 2,8%.

Menor média de toda a Educação Básica, a Educação Infantil tinha 77,4% das crianças matriculadas frequentando uma classe comum em 2014. O Ensino Fundamental, por sua vez, apresentou um grande avanço: enquanto nos Anos Iniciais o percentual de estudantes em turmas regulares passou de 56,9% em 2009 para 76,2% em 2014, nos Anos Finais o salto foi de 93,8% em 2009 para 97% no ano passado.

Uma mudança de direção

Para Carla Mauch, coordenadora pedagógica do Instituto Mais Diferenças, esse avanço no acesso à Educação Inclusiva é originado por alguns fatores. Entre eles, a pedagoga ressalta a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que passaram a orientar as políticas públicas no país.

“Esses eventos são marcos importantes pois a partir deles há a elaboração e o início da implementação da política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; pela primeira vez o Ministério da Educação e o governo brasileiro tinham uma política clara”, explica Carla.

A partir de então, de acordo com ela, além de serem criadas políticas e mecanismos de articulação para a implantação da Educação Inclusiva no Brasil, como programas governamentais e marcos regulatórios, houve também uma mudança no modo como a questão era tratada aqui. Carla defende que a “operacionalização das políticas e a sociedade civil pautando a questão promoveram uma mudança de entendimento acerca da Educação, de que esta deveria ser um direito de todos, inclusive de pessoas com deficiência”.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996, o Estado deveria garantir “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Abraçando a diferença

O processo de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência nas redes públicas é feito como o dos demais estudantes: em maior parte dos casos, o aluno é matriculado na escola mais próxima de onde mora e logo começa a frequentar as salas em uma turma regular, iniciando o seu processo de escolarização. De acordo com Carla, a criança com deficiência é iniciada na escola como todas as outras e não se defende que ela passe por um processo de adaptação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

É durante o seu desenvolvimento escolar e o dia a dia em sala de aula que as necessidades das crianças são avaliadas. Identificadas as dificuldades dos seus alunos, as escolas podem acionar a ajuda do Atendimento Educacional Especializado na unidade de ensino. Segundo Carla, “a escola, dentro do seu projeto pedagógico e modo de funcionamento pode requerer, caso seja necessária, a implementação da política de Educação Inclusiva”.

Gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, e deve ser oferecido a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular, o Atendimento Educacional Especializado foi definido em 2011 pelo Decreto nº 7.611. Entre as suas funções, está a de auxiliar alunos a complementarem sua formação, elaborando recursos pedagógicos e de acessibilidade para que todos os estudantes com deficiência possam frequentar a escola normalmente e aprender. O atendimento conta com suporte também aos familiares e professores durante o processo.

Carla Mauchi ressalta também que há um equívoco no entendimento de que todas as crianças com deficiência precisam de auxílio. Em sua opinião, uma maior atenção nem sempre é necessária e muitas delas seguem um percurso normal de escolarização. "Ainda há uma marca muito forte de que a criança que tem deficiência precisa de ajuda", pontua a educadora.

Durante este processo, a união entre família e escola torna-se imprescindível para o desenvolvimento do estudante, relegando a cada um dos agentes a sua responsabilidade. O convívio do aluno com deficiência com os demais estudantes também é parte importante do processo. “A escola é composta por diversidades e as crianças estão mais tranquilas para lidar com elas do que nós adultos; quando se entra em uma sala de aula com alunos com deficiência, percebe-se sempre uma relação de cooperação entre eles e os demais”, ela afirma Carla.

Um problema estrutural

Inserida no complexo contexto da Educação Brasileira, a Educação Inclusiva enfrenta problemas muito semelhantes ao do sistema como um todo. Entre as várias áreas em que precisa avançar estão, por exemplo, o aperfeiçoamento da gestão, a formação continuada para professores, a ampliação de investimentos e o rompimento com antigos estereótipos acerca da pessoa com deficiência. De acordo com Clara, “há um caminho de políticas de inclusão já consolidadas, mas ainda há o que se avançar também na Educação em geral”.

Por outro lado, a educadora defende que é preciso garantir uma escola acolhedora e que respeite a particularidade de cada um, facilitando o processo de inclusão. “Não tem como uma medida recente dar um salto sozinha perante o seu contexto; o que se percebe é que quando as políticas são articuladas de forma comprometida, melhora a Educação de todos”, afirma.